



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO  
CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
EDITAL Nº 20/2016-GR

**PROVA ESCRITA PARA O CARGO DE**

**CONTADOR**

**- Opção -**

**104**

**INFORMAÇÕES AO CANDIDATO**

1. Escreva seu nome e número de CPF, de forma legível, nos locais abaixo indicados:

NOME: \_\_\_\_\_ Nº. CPF: \_\_\_\_\_

2. Verifique se o CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO, colocado acima, é o mesmo constante da sua FOLHA RESPOSTA. Caso haja qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo CARGO e o CÓDIGO DE OPÇÃO sejam iguais ao constante da sua FOLHA RESPOSTA.**
3. A FOLHA RESPOSTA tem, obrigatoriamente, de ser assinada. Essa FOLHA RESPOSTA **não** poderá ser substituída, portanto, **não** a rasure nem a amasse.
4. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluindo o tempo para o preenchimento da FOLHA RESPOSTA.
5. Na prova há 40 (quarenta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 30 (trinta) questões de Conhecimentos Específicos, apresentadas no formato de múltipla escolha, com cinco alternativas, das quais **apenas uma** corresponde à resposta correta.
6. Na FOLHA RESPOSTA, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, por completo, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois, nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, etc.), chapéu, boné, ou similares, e óculos escuros.
10. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
11. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com a FOLHA RESPOSTA, ao Fiscal de Sala.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas identificações e assinaturas.



Leia o **TEXTO 01** para responder às questões de 1 a 5.

**TEXTO 01**  
**UM ANO DE ELEIÇÃO**

Em seu estranho ritmo, que mistura o frenesi das elites com a calma do povo, a política brasileira chega a mais um ano eleitoral. Em menos tempo do que parece, realizaremos as eleições municipais de 2016.

Os sinais estão no ar: os pré-candidatos e seus patronos movimentam-se, pesquisas de intenção de voto são divulgadas, cálculos e especulações correm soltos.

É ótimo que seja assim. Nunca é demais lembrar quão excepcional, na história política brasileira, é o período no qual vivemos: em toda nossa trajetória, é a mais longa fase de normalidade democrática.

Para um país que teve seus primeiros cem anos de vida republicana entrecortados por golpes de Estado e ditaduras, é extraordinário o fato de estarmos perto de comemorar três décadas seguidas de eleições de prefeitos nas capitais e grandes cidades. Um período curto para nações democráticas, mas longo no nosso caso.

Nada indica que a eleição deste ano será diferente. A imensa heterogeneidade dos municípios brasileiros impede a prevalência de elementos mais gerais e o quadro que emerge da disputa assemelha-se sempre a uma colcha de retalhos muito díspares.

Perde tempo quem procura antecipar o “sentido” da eleição, compreender seu “recado” ou projetar a corrida presidencial seguinte à luz dos resultados.

Podemos estar certos de apenas umas poucas coisas. A primeira: as disputas municipais não são um tipo de “eleição de meio período”, como existe nos Estados Unidos e em outros países. Os eleitores não vão às urnas para “enviar sinais”, de apoio ou reprovação dos governadores ou do presidente.

O que fazem, unicamente, é procurar identificar o melhor candidato a prefeito de sua cidade, que se ocupará de questões tão mais relevantes quanto mais pobre for o eleitor.

A segunda é que, para a maioria do eleitorado, a eleição municipal é a escolha de um indivíduo. Apoios e endossos contam, mas raramente são decisivos.

É minoria a parcela que escolhe prefeitos por suas vinculações, principalmente com partidos, seja para se decidir em quem votar ou não. É majoritária a proporção daqueles que buscam entre os candidatos nítidos atributos administrativos.

A terceira é que a imagem nacional das legendas tem pouco a ver com sua performance nas eleições locais. Pesquisa recente do Instituto Vox Populi traz elementos para se interpretar essa dissociação entre imagem nacional e voto municipal. Perguntados a respeito da possibilidade de votar em um candidato a prefeito de determinado partido em 2016, pouco mais de um terço dos entrevistados respondeu que não havia “nenhuma” possibilidade, seja por nunca terem votado no partido, seja por estarem hoje decididos a não votar.

Cerca de 10% disseram que “votariam com certeza”, pois sempre votaram em candidatos a prefeito da legenda. E 50% responderam que “se tiverem um bom candidato ou candidata, poderiam votar nele ou nela”.

Isso vale da menor cidade do Brasil à megalópole São Paulo. Quem hoje vaticina a respeito da mais importante eleição de 2016 apenas contribui para aumentar o lixo de bobagens produzido sobre o assunto. De 1985 para cá, a eleição em São Paulo mandou para o cemitério um caminhão de teses desmentidas pelas urnas.

(COIMBRA, Marcos. **Um ano de eleição (Adaptado)**. Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/876/um-ano-de-eleicao-3977.html>. Acesso em: 09/02/2014.)

1. O autor do TEXTO 01 introduz o tema e seu ponto de vista sobre ele por meio de uma ampla apresentação. Com relação à ideia global do texto, é possível afirmar que
  - a) refere-se à democracia no Brasil, atentando para o quanto ela é importante, visto que nosso país passou por golpes de Estado e ditaduras.
  - b) trata-se das eleições municipais de 2016, enfatizando o quanto o voto das pessoas nesta ocasião pode nos dizer a respeito da próxima corrida presidencial.
  - c) trata-se das eleições municipais de 2016, com atenção para o fato de elas não representarem, necessariamente, a opinião das pessoas quanto à próxima corrida presidencial.
  - d) refere-se à imensa heterogeneidade dos municípios brasileiros, que impossibilita a dissociação das eleições municipais de 2016 da próxima corrida presidencial.
  - e) trata-se da diferença entre o Brasil e outros países no que diz respeito à eleição para prefeito de seus municípios.
  
2. No que diz respeito ao vocabulário utilizado no texto, analise as proposições a seguir:
  - I. No trecho “*Em seu estranho ritmo, que mistura o frenesi das elites com a calma do povo, a política brasileira chega a mais um ano eleitoral (...)*” (1º parágrafo), o termo destacado poderia ser substituído por **agitação**.
  - II. Em “*Para um país que teve seus primeiros cem anos de vida republicana entrecortados por golpes de Estado e ditaduras (...)*” (4º parágrafo)”, poderíamos substituir a palavra destacada por **ajudados**.
  - III. No trecho “*A imensa heterogeneidade dos municípios brasileiros (...)*” (5º parágrafo)” é possível substituir o vocábulo destacado pelo termo **igualdade**.
  - IV. Em “*o quadro que emerge da disputa assemelha-se sempre a uma colcha de retalhos muito díspares (...)*” (5º parágrafo), é possível trocar o termo destacado pela palavra **divergentes**.
  - V. No trecho “*Quem hoje vaticina a respeito da mais importante eleição de 2016 (...)*” (13º parágrafo), o vocábulo em destaque poderia ser substituído pelo termo **prenuncia**.

Estão CORRETAS as proposições

- a) II, III e V.
  - b) I, III e IV.
  - c) I, II e III.
  - d) II, IV e V.
  - e) I, IV e V.
- 
3. Os sinais diacríticos, como a vírgula, os dois-pontos, os parênteses e outros, contribuem significativamente para o bom entendimento do texto, tornando o conhecimento sobre eles algo extremamente necessário. Assim, analise e assinale a alternativa CORRETA.
    - a) “Em seu estranho ritmo, que mistura o frenesi das elites com a calma do povo, a política brasileira chega a mais um ano eleitoral” (1º parágrafo), as vírgulas servem para separar um período composto subordinativo adjetivo.
    - b) Em “Nada indica que a eleição deste ano será diferente.” (5º parágrafo), o ponto final desse trecho poderia ser substituído por dois-pontos sem alteração de sentido.
    - c) Em “Os eleitores não vão às urnas para ‘enviar sinais’, de apoio ou reprovação dos governadores ou do presidente.” (7º parágrafo) a vírgula é facultativa, uma vez que, sem ela, o sentido da expressão não se alteraria no texto.

- d) Em “Os sinais estão no ar: os pré-candidatos e seus patronos movimentam-se, pesquisas de intenção de voto são divulgadas, cálculos e especulações correm soltos.” (2º parágrafo), os dois-pontos introduzem uma citação de vários termos que se referem à palavra “ar”.
- e) Em *Os eleitores não vão às urnas para “enviar sinais”* (7º parágrafo) e em *Cerca de 10% disseram que “votariam com certeza”* (12º parágrafo), as aspas desempenham a mesma função nos trechos sublinhados.

4. Em relação aos aspectos coesivos do TEXTO 01, assinale a alternativa VERDADEIRA.

- a) As palavras “primeira”, “segunda”, nos parágrafos 7º e 9º, respectivamente, estão estabelecendo uma relação de ideias, que vai da informação primária à secundária.
- b) A palavra “eleição”, por se repetir três vezes no mesmo texto, demonstra uma falta de conhecimento acerca do vocabulário da língua, uma vez que o autor poderia ter optado por sinônimos.
- c) No terceiro parágrafo, se trocássemos a palavra “vivemos” por “passamos” em “é o período no qual vivemos”, a expressão destacada permaneceria inalterada.
- d) No trecho “seja por nunca terem votado no partido, seja por estarem hoje decididos a não votar” (11º parágrafo), não poderíamos trocar o termo destacado por “ou”, pois quebraria a relação de paralelismo no texto.
- e) No início do último parágrafo, poderíamos trocar o pronome demonstrativo “Isso” por “Isto”, que não alteraria o sentido da frase e ainda deixaria o texto mais formal, já que é uma notícia.

5. Em relação aos recursos expressivos que contribuem para o entendimento do TEXTO 01, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em *Um período curto para nações democráticas* (4º parágrafo) e *Os eleitores não vão às urnas para “enviar sinais”* (7º parágrafo), os termos sublinhados desempenham a mesma função de finalidade.
- b) Os trechos “votariam com certeza” (12º parágrafo) e “poderiam votar nele ou nela” (12º parágrafo) estão ambos ligados a uma hipótese, ou seja, a uma situação que não é certa.
- c) Em “as disputas municipais não são um tipo de ‘eleição de meio período’, como existe nos Estados Unidos” (7º parágrafo), a expressão sublinhada pode ser substituída por “conforme” sem alteração de sentido.
- d) Em “De 1985 para cá” (13º parágrafo), o termo destacado é uma expressão circunstancial e refere-se, no texto, a um lugar, São Paulo, fazendo o contraste dos tempos de antigamente e hoje.
- e) A expressão “Nunca é demais lembrar” (3º parágrafo) e “Nada indica” (5º parágrafo) desempenham a mesma função de negar algo.

**Leia o TEXTO 02 para responder às questões 6 e 7.**

## **TEXTO 02**

### **A CRISE E SUAS INTERPRETAÇÕES**

Quanto mal uma mídia partidarizada pode causar a um País? Que prejuízos a irresponsabilidade dos veículos de comunicação traz à sociedade?

No Brasil, essas não são perguntas acadêmicas. Ao contrário. Em nossa história, sobram exemplos de períodos em que a “grande imprensa”, movida por suas opções políticas, jogou

contra os interesses da maioria da população. Apoiou ditaduras, avalizou políticas antipopulares, fingiu não ver os desmandos de aliados.

O instituto Vox Populi acaba de realizar uma pesquisa nacional sobre sentimentos e expectativas a respeito da economia. O levantamento deixa claro o preço que pagamos por ter a mídia que temos.

A pesquisa tratou principalmente de inflação e desemprego e mostra que a opinião pública vive um pesadelo. Olha com desconfiança o futuro, teme a perda de renda e emprego, prefere não consumir e não tem disposição de investir. Está com medo da “crise”.

Todos sabem quão importante é o papel das expectativas na vida econômica. Quando a maioria das pessoas se convence de que as coisas não vão bem, seu comportamento tende a produzir aquilo que teme: a desaceleração da economia e a diminuição do investimento público. A “crise” é, em grande parte, provocada pelas expectativas.

Estampada em manchetes e com tratamento de luxo nos noticiários de tevê, a “crise econômica” estava na pauta dos meios de comunicação muito antes de se tornar uma preocupação real da sociedade. Há ao menos dois anos, é o principal assunto.

A nova pesquisa mostra que a quase totalidade dos brasileiros, depois de ser bombardeada durante tanto tempo com a noção de “crise”, perdeu a capacidade de enxergar com realismo a situação da economia.

A respeito da quantia imaginada para comprar, daqui a um mês, o que compram atualmente com 100 reais, apenas 2% dos entrevistados estimaram um valor próximo àquele. Os demais 98% desconfiam de que vão precisar de mais ou de muito mais. Desse total, 73% temem uma alta dos preços superior a 10%. Quase a metade, 47%, estima uma inflação acima de 20%. E não menos de 35% receiam que os preços subirão mais de 30% em um mês.

Os números são semelhantes nas análises do desemprego. Apenas 7% dos entrevistados sabem que hoje menos de dez indivíduos em cada cem estão desempregados. Cerca de um quarto acredita que o desemprego varie de 10% a 30% da força de trabalho e 38% imaginam que a proporção de brasileiros sem emprego ultrapassa os 40%.

Por esse raciocínio, o cenário até o fim do ano seria dantesco: quase 40% acreditam que o desemprego em dezembro punirá mais da metade da população ativa.

Para tanta desinformação e medo do futuro, muitos fatores contribuem. Nossa cultura explica parte desses temores. Os erros do governo, especialmente de comunicação, são responsáveis por outra. Mas a maior responsável é a mídia hegemônica.

Ninguém defende que a população seja mantida na ignorância em relação aos problemas reais enfrentados pela economia. Mas vemos outra coisa. A mídia deseduca ao deformar a realidade e por nada fazer para seus leitores e espectadores desenvolverem uma visão realista e informada do País. Fabrica assustados para produzir insatisfeitos.

Com isso, torna-se agente do agravamento de uma crise que estimulou e continua a estimular, apesar de seu custo para as famílias e para o Brasil.

(COIMBRA, Marcos. Revista Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/852/a-crise-e-suas-interpretacoes-4986.html>. Acesso em: 26/01/2016. Adaptado.)

6. O TEXTO 02 discorre, entre outras questões, sobre a atual crise econômica pela qual está passando o nosso país. Contudo, pode-se dizer que sua principal finalidade é discutir
- os erros de comunicação cometidos pelo governo.
  - a importância de pesquisas para que os fatos sejam mostrados à população.
  - a porcentagem de pessoas verdadeiramente atentas à economia no país.
  - a influência da mídia na formação de opinião das pessoas.
  - o provável aumento do desemprego provocado pela “crise”.

7. De acordo com a Nova Ortografia da Língua Portuguesa, no trecho “Apoiou ditaduras, avalizou políticas **antipopulares**, fingiu não ver os desmandos de aliados (...)” o termo destacado
- I. deveria ter sido grafado com hífen, como em anti-higiênico e anti-inflacionário.
  - II. está adequadamente grafado, obedecendo à regra em que prefixo terminado em vogal se junta com a palavra iniciada por consoante.
  - III. está adequadamente grafado, assim como em antiaéreo e antiprofissional.
  - IV. tem como facultativo o emprego do hífen, visto que o Novo Acordo Ortográfico ainda é recente.
  - V. obedece à mesma regra que palavras formadas por prefixos como super-, ultra- e sub-.

Estão CORRETAS as proposições

- a) II, III, IV e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e V.
- d) I, II e III.
- e) I, II, III, IV e V.

**Leia o TEXTO 03 para responder às questões 8 e 9.**

### **TEXTO 03**

#### **DRONES**

Já contei que, morando na Califórnia na época da Segunda Guerra Mundial, com 7 anos de idade e influenciado pelo noticiário e pelo clima de guerra, comecei a matar alemães e japoneses imaginários nos meus jogos solitários com tanta fúria que meu pai se preocupou. Fui levado a um médico, que me contou que as tropas aliadas estavam fazendo um bom trabalho matando inimigo e não precisavam da minha ajuda, pelo menos não tão entusiasmada. Embora não tenha parado com os massacres, o resultado do episódio foi que me tornei um pacifista para o resto da vida. Mas meu maior problema então, aos 7 anos, era a qualidade do armamento com que contava para minhas missões no Norte da África e nas selvas do Pacífico. Minha metralhadora era uma réplica perfeita de uma metralhadora de verdade, mas não disparava balas, só fazia barulho. Meu capacete era igual aos capacetes do exército americano, mas para criança. Minha pistola 45 só serviria para assustar o inimigo – também não disparava balas reais. Ah, se eu tivesse um lança-chamas que lançasse chamas. Uma bazuca. Um tanque. Um avião! Os alemães e os japoneses teriam se rendido muito mais cedo.

Tenho visto anúncios de “drones” que podem ser comprados por qualquer um. Imagino que sejam iguais aos que estão sendo usados no Oriente Médio, para escolher alvos e guiar mísseis. Há tempo que qualquer um pode comprar armas de guerra reais, mas esta é a primeira vez que uma arma com a sofisticação letal do “drone” – a arma do futuro, da guerra teleguiada, do combate por painéis de controle, o máximo de estragos com o mínimo de risco – é oferecido ao público como um 45 de plástico.

Claro que “drone” não é só para guerra. Serve para espiar o quintal do vizinho, até para entrar pela janela e assustar a vizinha no banho. Pode-se pensar – por exemplo – numa versão atualizada de *Romeu e Julieta*: Julieta na sua sacada no vigésimo andar recebe a visita do “drone” controlado por Romeu a quilômetros de distância. Nada poético, é verdade. Mas o que sobrou de poético hoje em dia?

O fato é que, com um “drone” em casa, você está equipado como um exército moderno. Ah, eu com um “drone” nos meus 7 anos...

8. No início do texto, o autor faz um relato de caráter sarcástico sobre os brinquedos infantis há um determinado tempo. O uso desse recurso narrativo nos permite inferir sua intenção de
- mostrar como os brinquedos de antigamente, embora tivessem aparência tão sofisticada, estão ficando obsoletos em comparação com os de hoje em dia, que utilizam tecnologias de ponta, como o “drone”.
  - mostrar como já eram perigosos os brinquedos infantis por serem tão similares aos armamentos verdadeiros, o que despertava nas crianças comportamentos agressivos.
  - mostrar apenas como eram saudosas as lembranças do seu tempo de menino por admirar como eram inocentes os comportamentos das crianças daquele tempo, que difere de hoje.
  - mostrar como os brinquedos de hoje em dia estão tão avançados em relação àqueles de pouco tempo atrás, revelando, dessa forma, que o desenvolvimento da tecnologia muito mudou a realidade das brincadeiras infantis.
  - mostrar que, mesmo com uma sofisticação aparente que assemelhava os brinquedos às armas verdadeiras, ainda assim esses brinquedos eram menos ameaçadores do que os próprios “drones”.
9. Observe os trechos, retirados do 1º parágrafo, abaixo.

Trecho 1: *Minha metralhadora [...], **mas** não disparava balas, só fazia barulho.*

Trecho 2: *Meu capacete [...], **mas** para criança.*

Trecho 3: *Minha pistola 45 [...] – **também** não disparava balas reais.*

Trecho 4: ***Embora** não tenha parado com os massacres.*

Analise as proposições acerca dos trechos acima.

- No trecho 1, a conjunção destacada desempenha uma função de oposição, diferente daquela destacada no trecho 2.
- Se, no trecho 4, substituíssemos “embora” por “considerando que”, não haveria mudança de sentido no texto.
- Em todos os trechos, todas as expressões destacadas desempenham a mesma função de oposição.
- No trecho 3, se substituíssemos a expressão destacada por “contudo”, não haveria mudança de sentido.
- No trecho 3, a expressão em destaque desempenha uma função de adição e poderia ser substituído por “nem” sem alteração de sentido.

A alternativa que contém apenas as proposições CORRETAS é

- I e II.
- II e IV.
- II e III.
- IV e V.
- II e V.



**Leia o TEXTO 04 para responder à questão 10.**

#### **TEXTO 04**

#### **POR QUE AS PALAVRAS MUDAM DE SENTIDO NO CORRER DO TEMPO?**

No seu percurso histórico, as palavras adquirem novos sentidos e estabelecem novas relações semânticas umas com as outras, e essas alterações decorrem de múltiplos fatores. Vejam-se, nesse breve texto, a ampliação ou mudança de sentido da palavra “fortuna”, que evoluiu de sentido no curso do tempo.

A palavra “fortuna”, vem do Latim fortuna, de “fors”, “possibilidade, força”. Na origem, designava a “sorte (boa ou má)”. O dicionário de Língua Portuguesa Aurélio registra diversas acepções de “fortuna”, como casualidade, destino, ventura. No entanto, ainda em latim, ela perdeu a conotação negativa e se especializou apenas como “boa sorte”, por exemplo, nas cartas de Cícero. Com o tempo, acabou ganhando mais um significado, que, hoje em dia, é o mais conhecido: “riqueza”.

(Fonte: <[http://www.gostodeler.com.br/materia/18794/Por\\_que\\_as\\_pala.html](http://www.gostodeler.com.br/materia/18794/Por_que_as_pala.html)>. Acesso em: 03/02/16. Adaptado.)

10. Na frase “**No entanto, ainda** em latim, ela perdeu a conotação negativa...” (2º parágrafo). Os termos destacados, no contexto supracitado, têm o sentido de
- a) causa.
  - b) consequência.
  - c) adversidade.
  - d) explicação.
  - e) concessão.

#### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

11. Em março, a empresa Sirius Ltda. elaborou sua folha de pagamento utilizando os seguintes dados:

Salários: R\$ 10.500,00

Horas Extras: R\$ 600,00

Adicional de Insalubridade: R\$ 400,00

Imposto de Renda Retido na Fonte: R\$ 1.250,00

Previdência dos Segurados: 11%

Previdência Patronal: 20%

Depósito para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: 8%

Em virtude dessa folha de pagamento, pode-se afirmar que a empresa terá despesas totais no valor de

- a) R\$ 17.235,00
- b) R\$ 15.985,00
- c) R\$ 14.720,00
- d) R\$ 13.455,00
- e) R\$ 12.205,00

12. Sabendo que a despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Atividades são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa.
- b) Projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.
- c) Operações Especiais é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.
- d) Programas são despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- e) Ação é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

13. O livro Razão da empresa Educação S/A encerrou o exercício social com as seguintes informações:

CONTAS	SALDOS
Caixa	40,00
Bancos	160,00
Clientes	480,00
Computadores e Periféricos	320,00
Fornecedores	600,00
Salários e Ordenados a Pagar	400,00
ICMS a Recolher	200,00
Capital Social	600,00
Reserva Legal	120,00
Receita Bruta de Vendas	1.400,00
Despesas Operacionais	360,00
ICMS sobre Vendas	180,00
Custo das Mercadorias Vendidas	460,00
Mercadorias	820,00
Móveis e Utensílios	500,00

A empresa, ao elaborar o seu Balanço Patrimonial, utilizando-se das contas e dos respectivos saldos acima, apresentará um patrimônio líquido de

- a) R\$ 600,00
- b) R\$ 1.000,00
- c) R\$ 720,00
- d) R\$ 940,00
- e) R\$ 1.120,00

14. O setor de Contabilidade da empresa Caronte Ltda. apresentou os seguintes eventos em fevereiro de 2015:

- A fatura de água consumida em dezembro de 2014, no valor de R\$ 100,00, foi paga em dezembro de 2014.
- A conta de aluguel de janeiro de 2015, no valor de R\$ 250,00, foi paga em dezembro de 2014.
- A fatura de energia elétrica utilizada em dezembro de 2014, no valor de R\$ 200,00, foi paga em janeiro de 2015.
- Os juros relativos a janeiro de 2015, no valor de R\$ 125,00, foram pagos em janeiro de 2015.
- Os aluguéis dos equipamentos utilizados em janeiro de 2015, no valor de R\$ 650,00, foram recebidos em dezembro de 2014.
- Os juros relativos a dezembro de 2014, no valor de R\$ 500,00, foram recebidos em janeiro de 2015.
- As vendas realizadas em janeiro de 2015, no valor de R\$ 375,00, foram recebidas em janeiro de 2015.
- Os serviços prestados em dezembro de 2014, no valor de R\$ 850,00, foram recebidos em dezembro de 2014.

Utilizando os dados contábeis informados acima, obtenha o resultado do exercício, tanto pelo regime de caixa quanto pelo regime de competência, respectivamente, para dezembro de 2014 e janeiro de 2015, e marque a resposta CORRETA.

- a) De acordo com o regime contábil de competência, no mês de dezembro de 2014, ocorreu lucro de R\$ 1.150,00.
- b) Em conformidade com o regime contábil de competência, no mês de janeiro de 2015, ocorreu lucro de R\$ 550,00.
- c) Consoante ao regime contábil de caixa, no mês de janeiro de 2015, ocorreu lucro de R\$ 650,00.
- d) Segundo o regime contábil de caixa, no mês de dezembro de 2014, ocorreu lucro de R\$ 1.050,00.
- e) Levando-se em conta o exercício social inteiro, sem a separação mês a mês, seja qual for dos dois regimes, o lucro teria sido de R\$ 1.700,00.

15. Uma indústria adquiriu uma tonelada de matéria prima, com pagamento a prazo de 180 dias, que foi utilizada no processo de produção de um de seus produtos.

Dados da aquisição:

Valor a ser pago da matéria prima: R\$ 20.000,00

Frete (não incluso na nota fiscal): R\$ 4.000,00

IPI: R\$ 3.000,00

ICMS: R\$ 2.700,00

Juros embutidos no valor a ser pago da matéria prima: R\$ 1.300,00.

Determine o valor do custo por Kg que será registrado no ativo circulante da empresa:

- a) R\$ 17,00
- b) R\$ 16,00
- c) R\$ 15,00
- d) R\$ 11,60
- e) R\$ 20,40

16. Um importante avanço na área das finanças públicas foi a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu para toda a Federação, direta ou indiretamente, limites de dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, dentre outros, com o intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal. Assinale abaixo a alternativa **CORRETA**.
- a) Para a União, a despesa total com pessoal não poderá exceder 60% da receita corrente líquida.
  - b) Não serão computadas como despesas de pessoal para atendimento ao limite de gasto, aquelas relativas a incentivos à demissão voluntária.
  - c) Para os Estados, a despesa total com pessoal não poderá exceder 50% da receita corrente líquida.
  - d) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.
  - e) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa serão acompanhados apenas, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
17. “Demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação”. Essa definição refere-se
- a) ao Balanço Financeiro.
  - b) à Demonstração das Variações Patrimoniais.
  - c) à Demonstração do Fluxo de Caixa.
  - d) ao Balanço Orçamentário.
  - e) à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
18. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sobre essa lei, indique qual das proposições a seguir está **CORRETA**.
- a) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
  - b) O Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deverá ser emitido trimestralmente pelos titulares dos Poderes e órgãos.
  - c) Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
  - d) A lei proíbe que o Presidente, nos dois últimos anos do mandato, antecipe receitas tributárias por meio de empréstimo de curto prazo, conceda aumento de salários e contrate novos servidores públicos.
  - e) As empresas estatais dependentes não estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal.

19. Sobre a estrutura conceitual estabelecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), está CORRETO afirmar que

- a) segundo a Estrutura Conceitual, reconhecimento é o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item que se enquadre na definição de elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento mencionados na Estrutura Conceitual.
- b) no caso de conflito entre a estrutura conceitual e um pronunciamento técnico do CPC, o disposto na Estrutura Conceitual deve ter prevalência sobre as exigências do pronunciamento técnico.
- c) demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários, tendo o propósito de atender finalidade específica de determinados grupos de usuários.
- d) aportes dos proprietários da empresa é receita, pois são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos que resultam em aumento do patrimônio líquido.
- e) despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido. Porém essa definição não abrange as perdas.

20. A análise vertical é realizada extraindo-se relacionamentos percentuais entre itens pertencentes à mesma Demonstração Contábil. Para marcar a alternativa CORRETA, analise as seguintes assertivas.

- I. O Quociente de Liquidez Geral relaciona de quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em certos prazos em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.
- II. O Quociente de Participação de Capitais de Terceiros Sobre os Recursos Totais expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais.
- III. O Quociente de Rotação do Ativo expressa quantas vezes o ativo se renovou pelas vendas.
- IV. O Quociente de Liquidez Imediata representa o valor de quanto dispomos, imediatamente, para saldar as dívidas de longo prazo.
- V. O Quociente de Liquidez Seco apresenta uma posição bem realista e conservadora de liquidez da empresa em determinado momento, já que se eliminando os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza.

Estão CORRETAS apenas

- a) III, IV e V.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, III e V.

21. As contas elencadas abaixo, sem ordem específica, fazem parte da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Vega S/A.

Receitas Não-Operacionais R\$ 1.000,00  
Provisão para Contribuição Social 10%  
Juros Ativos R\$ 750,00  
Depreciação R\$ 300,00  
Amortização R\$ 50,00  
Participação de Empregados 5%  
Impostos e Taxas R\$ 250,00  
Marketing R\$ 900,00  
Vendas Canceladas R\$ 10.000,00  
PIS/PASEP 1%  
Despesas Bancárias R\$ 400,00  
Estoque Inicial R\$ 15.000,00  
Comissões sobre Vendas de Mercadorias R\$ 1.500,00  
Descontos Incondicionais Concedidos R\$ 10.000,00  
Estoque Final R\$ 18.500,00  
Descontos Condicionais Concedidos R\$ 1.000,00  
Participação de Debêntures 5%  
Juros Passivos R\$ 250,00  
Vendas de Mercadorias R\$ 50.000,00  
COFINS 2%  
Salários e Encargos Sociais R\$ 1.500,00  
Água e Esgoto R\$ 30,00  
Energia Elétrica R\$ 70,00  
Provisão para Imposto de Renda 15%  
Compras de Mercadorias R\$ 25.000,00  
ICMS sobre Compras e Vendas 12%  
Descontos Obtidos R\$ 7.500,00

Organizando-se as contas corretamente e de acordo com a legislação societária no que se refere à elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, encontraremos

- a) receita líquida de vendas de R\$ 24.000,00.
- b) lucro líquido antes da contribuição social e do imposto de renda de R\$ 10.000,00.
- c) lucro operacional bruto de R\$ 2.000,00.
- d) lucro operacional líquido de R\$ 7.500,00.
- e) lucro líquido do exercício de R\$ 6.750,00.

22. As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Aquisição de Bens Imóveis e Contratação de Operações de Crédito são exemplos de

- a) Variação Patrimonial Quantitativa.
- b) Variação Patrimonial Aumentativa.
- c) Variação Patrimonial Diminutiva.
- d) Variação Patrimonial Qualitativa.
- e) Variação Patrimonial Positiva.

23. Quanto à execução do orçamento público, analise as proposições a seguir.

- I. É irregular a emissão de prévio empenho de valor insuficiente para suprir a despesa correspondente.
- II. A Administração não deve inscrever diárias em Restos a Pagar, uma vez que, por suas próprias características, estas devem ser pagas no exercício de competência.
- III. A Administração somente deve inscrever em Restos a Pagar as despesas para cujos valores exista disponibilidade de caixa, como forma de se adequar ao disposto no princípio do equilíbrio fiscal, inserido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- IV. A comprovação das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos pode ser efetuada com as chamadas “notas de balcão”.
- V. Na fase da liquidação, pode a Administração atestar a execução de despesa pública unicamente por meio de visita aos locais de execução dos serviços.

Estão CORRETAS apenas as proposições que constam nos itens

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

24. Observe as proposições no que tange aos princípios orçamentários.

- I. O princípio da exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- II. O princípio da não-afetação da receita veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.
- III. O princípio da totalidade determina existência de orçamento único para todos os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos.
- IV. O princípio da publicidade determina ao governo publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
- V. O princípio da periodicidade delimita o período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

Estão CORRETAS apenas as proposições que constam nos itens

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, II e V.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

25. Ao final do exercício social de uma entidade, o seu lucro correspondeu a 30% do seu capital próprio. O valor dos ativos da entidade era R\$ 1.350.000,00 suas receitas R\$ 570.000,00 e suas despesas R\$ 480.000,00. O valor do capital de terceiros foi

- a) R\$ 1.323.000,00
- b) R\$ 1.350.000,00
- c) R\$ 1.050.000,00
- d) R\$ 950.000,00
- e) R\$ 923.000,00

26. Sobre os estágios das receitas e despesas públicas, é CORRETO afirmar que

- a) um cidadão pagou no banco o IPVA devido. Este caso corresponde ao recolhimento da receita.
- b) a competência para autorizar pagamento decorre da lei ou de atos regimentais, não podendo ser delegada.
- c) a arrecadação da receita não pode exceder o montante previsto pela lei orçamentária.
- d) as despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.
- e) para atender a despesa de valor não quantificável durante o exercício, deve-se emitir o empenho global.

27. Analise as proposições sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- I. É obrigatória a adoção do PCASP Estendido para os entes que precisem de uma referência para o desenvolvimento de suas rotinas e sistemas.
- II. Para permitir a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo foi criado um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos.
- III. A Natureza de Informação Patrimonial registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados às variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
- IV. Os valores registrados ao longo do período na Classe 3 e na Classe 4 são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de patrimônio líquido. Ao final do exercício, o Balanço Patrimonial apresentará os valores da Classe 1 iguais aos da Classe 2.
- V. É obrigatória a utilização do PCASP para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, e fundações. Porém, para as empresas estatais dependentes a utilização do PCASP é facultativa.

Estão CORRETAS apenas as proposições que constam nos itens

- a) I, II e V.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.



28. O Ministério da Educação adquiriu um veículo por R\$ 25.000,00 em outubro de 2012. O procedimento habitual de depreciação utilizou o método linear, com vida útil prevista para 5 anos e resíduo estimado em 10%.  
No balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta Depreciação Acumulada relativa a esse veículo deverá ter saldo credor de

- a) R\$ 4.500,00
- b) R\$ 18.000,00
- c) R\$ 16.250,00
- d) R\$ 5.000,00
- e) R\$ 14.625,00

29. Observe as proposições que tratam do reflexo patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores.

- I. Enquanto Ajustes de Exercícios Anteriores é uma conta contábil do Patrimônio Líquido, Despesa de Exercícios Anteriores é uma classificação da despesa orçamentária quanto à natureza.
- II. Em relação aos Restos a Pagar Processados, com prescrição interrompida, não haverá necessidade de registro patrimonial, uma vez que a variação patrimonial diminutiva ou a incorporação do ativo já foi reconhecida no exercício anterior.
- III. Nas situações em que a despesa abarque mais de um exercício, a parcela da despesa correspondente ao exercício anterior deverá ser registrada como Despesas de Exercícios Anteriores, porém a despesa referente ao exercício corrente constitui despesa orçamentária do ano.
- IV. Erros ou mudanças de critérios contábeis deverão ser registrados em conta de Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores.
- V. Despesa de Exercícios Anteriores, obrigatoriamente, está relacionada a eventos que geram registros patrimoniais na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Estão CORRETAS apenas as proposições que constam nos itens

- a) II, III e IV.
- b) I, II e V.
- c) I, II e III.
- d) II, IV e V.
- e) III, IV e V.

30. A Demonstração do Valor Adicionado demonstra o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultado de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Identifique abaixo a alternativa que contém itens de formação da riqueza de uma entidade.

- a) Juros sobre capital próprio, Perda e recuperação de valores ativos, FGTS e Energia.
- b) Serviços de terceiros, Salários, Aluguéis pagos e Materiais.
- c) Energia, Impostos, Dividendos e Amortização.
- d) Aluguéis recebidos, Provisão para crédito de liquidação duvidosa, Depreciação e Direitos de franquia.
- e) Resultado da equivalência patrimonial, Exaustão, Horas Extras e Salários.

31. Para marcar a alternativa CORRETA, analise as seguintes assertivas que tratam da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- I. Os direitos e obrigações provenientes de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte serão controlados extracontabilmente.
- II. Para os Conselhos Regionais de Contabilidade, é facultativa a observância das normas e das técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- III. A contabilidade registra e reconhece o orçamento público a partir do instante da publicação da Lei Orçamentária Anual.
- IV. A aplicação do Princípio da Prudência deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.
- V. O Princípio da Oportunidade diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência.

Estão CORRETAS apenas as proposições que constam nos itens

- a) I, II e V.
- b) III, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.
- e) I, II e III.

32. No patrimônio de uma determinada empresa, constava os seguintes valores:

<b>Contas</b>	<b>Valores (R\$)</b>
Caixa	5.600,00
Receitas	3.700,00
Ações em tesouraria	800,00
Bancos	17.400,00
Despesas	6.500,00
Capital Social	39.000,00
Adiantamento a Clientes	1.200,00
Salários a pagar	16.300,00
Depreciação acumulada	19.430,00
Duplicatas aceitas pela empresa	22.100,00
Imobilizado	70.000,00
Adiantamento de Clientes	970,00

Após o encerramento do exercício, o valor do Ativo, do Capital Próprio e do Capital de Terceiros serão, respectivamente:

- a) 74.540,00; 34.940,00 e 39.600,00.
- b) 74.770,00; 35.400,00 e 39.370,00.
- c) 75.570,00; 39.000,00 e 39.370,00.
- d) 94.200,00; 35.400,00 e 58.800,00.
- e) 94.200,00; 54.830,00 e 39.370,00.

33. No Balanço Orçamentário de um ente público, foram extraídas as seguintes informações:

Receitas Previstas .....	500,00
Receitas Realizadas .....	470,00
Despesas Fixadas.....	514,00
Despesas Realizadas .....	504,00

Com base nos dados acima, é **CORRETO** concluir que houve

- a) economia orçamentária de 10,00.
- b) frustração de arrecadação de 44,00.
- c) déficit orçamentário de 14,00.
- d) déficit orçamentário de 10,00.
- e) superávit orçamentário de 4,00.

34. Assinale a opção que está de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- a) No caso de devolução de saldos de convênios, contratos e congêneres, se o valor da restituição ultrapassar o valor das transferências recebidas no exercício, o montante que ultrapassar esse valor deve-se contabilizar como dedução de receita.
- b) No caso de transferência de um bem do ativo imobilizado que foi depreciado, para outro órgão, o valor a atribuir deve ser o valor contábil bruto.
- c) Um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico, mesmo sendo parte integrante do referido equipamento, deve ser tratado como ativo intangível.
- d) A classificação contábil para a aquisição de animais de trabalho deve ser em conta específica no Ativo. Esses animais são objetos de exaustão.
- e) A apropriação da variação cambial positiva de empréstimos concedidos constitui-se em um ingresso extraorçamentário, pois se trata de valores que afetam o patrimônio, mas ainda não foram realizados financeiramente.

35. Obrigações das entidades públicas são dívidas do Estado para com terceiros. Com relação à dívida fundada, é **CORRETO** afirmar

- a) Orçamentária, constitui o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- b) Extraorçamentária, resultante de dívidas, como “Restos a Pagar”, Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária (Débito de Tesouraria) e Depósitos recebidos ou consignados.
- c) Extraorçamentária, constitui o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo inferior a doze meses.
- d) Orçamentária, resultante de dívidas, como “Restos a Pagar”, Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária (Débito de Tesouraria) e Depósitos recebidos ou consignados.
- e) O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

36. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Julgue os itens abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.
- I. O princípio da Publicidade justifica-se, especialmente, pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, a qual autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.
  - II. O princípio da Transparência determina a divulgação do orçamento público de forma ampla à sociedade; a publicação de relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; a disponibilização, para qualquer pessoa das informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.
  - III. O princípio da Unidade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
  - IV. O princípio da Exclusividade estabelece que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual – LOA.
  - V. O princípio da Universalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Assinale a alternativa que corresponder à sequência **CORRETA**.

- a) F, F, F, V, V
- b) V, V, F, F, F
- c) F, V, V, V, F
- d) V, V, F, F, V
- e) F, F, V, F, F

37. Alguns elementos que integram o Ativo Imobilizado têm um período limitado de vida útil econômica. Dessa forma, o custo de tais ativos deve ser alocado de maneira sistemática aos exercícios beneficiados por seu uso no decorrer de sua vida útil econômica. Acerca da diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizados e intangível, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Depreciação, quando corresponder à perda de valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.
- b) Depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens incorpóreos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- c) Amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração ilimitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente ilimitado.
- d) Exaustão, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- e) Amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

38. Segundo a Lei das Sociedades por ações, despesas antecipadas referem-se a “aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte” que, normalmente, não serão recebidas em dinheiro nem representam bens fisicamente existentes. O lançamento correto para uma empresa que contratou um seguro no valor de R\$ 185.700,00 para sua frota de veículos, pagou 35% à vista e o restante em 7 parcelas, o registro contábil no dia da contratação foi

- a) D – Despesa antecipada de seguros – R\$ 185.700,00  
C – Bancos – R\$ 64.995,00  
C – Seguros a pagar – R\$ 120.705,00
- b) D – Despesa com seguros – R\$ 185.700,00  
C – Bancos – R\$ 64.995,00  
C – Seguros a pagar – R\$ 120.705,00
- c) D – Despesa com seguros – R\$ 185.700,00  
C – Bancos – R\$ 63.138,00  
C – Seguros a pagar – R\$ 122.562,00
- d) D – Despesa antecipada de seguros – R\$ 63.138,00  
D – Despesa com seguros – R\$ 122.562,00  
C – Bancos – R\$ 63.138,00  
C – Seguros a pagar – R\$ 122.562,00
- e) D – Despesa antecipada de seguros – R\$ 120.705,00  
D – Despesa com seguros – R\$ 64.995,00  
C – Bancos – R\$ 64.995,00  
C – Seguros a pagar – R\$ 120.705,00

39. Com base na Lei nº 6.404/76, referente ao Patrimônio Líquido, julgue os itens abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

- I. As contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia serão classificadas como reservas de lucros
- II. As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço na conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.
- III. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.
- IV. O resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado, será ainda registrado como reserva de capital
- V. Enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei, ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei, serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial.

Assinale a alternativa que corresponde à sequência **CORRETA**.

- a) F, V, F, V, F
- b) V, V, F, F, V
- c) V, F, V, V, V
- d) F, F, F, V, V
- e) F, V, V, F, F

40. A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Disponível, a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Disponível em determinado período, e ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. São classificados como fluxo de caixa das atividades de investimento:

- a) os Desembolsos relativos à concessão de empréstimos a terceiros e o Recebimento de indenizações por sinistros ocorridos, e os bens ou insumos destinados à produção ou à venda.
- b) o Recebimento pela venda de títulos de investimentos de outras entidades e o Pagamento de empréstimos obtidos.
- c) o Recebimento de recursos financeiros dos proprietários como realização do Capital ou pela venda de ações emitidas e o Recebimento pela venda de participações em outras empresas.
- d) o Recebimento do principal decorrente de empréstimos ou financiamentos efetuados a terceiros e os Pagamentos relativos à aquisição de bens de uso, classificáveis no Ativo Imobilizado.
- e) o Pagamento de juros e os descontos comerciais ou financeiros e de outras despesas financeiras, e os Recebimentos provenientes de descontos de duplicatas oriundas da venda de bens ou da prestação de serviços a prazo.